



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI COMPLEMENTAR Nº 37/2003

Que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O fato gerador do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN é a prestação dos serviços constantes da lista seguinte por empresa ou profissional autônomo, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador:

1 - Serviços de informática e congêneres:

- 1.01 - análise e desenvolvimento de sistemas;
- 1.02 - programação;
- 1.03 - processamento de dados e congêneres;
- 1.04 - elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos;
- 1.05 - licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;
- 1.06 - assessoria e consultoria em informática;
- 1.07- suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados;
- 1.08 - planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza:

- 2.01 - serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres:

- 3.01 - de veículos terrestres automotores e de aeronaves;
- 3.02 - cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda;
- 3.03 - exploração de salões de festas, centros de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos e negócios de qualquer natureza;
- 3.04 - locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza;
- 3.05 - cessão de andaimes, palcos e outras estruturas de uso temporário.

4 - Serviço de saúde, assistência médica e congêneres:

- 4.01 - medicina e biomedicina;
- 4.02 - análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres;
- 4.03 - hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casa de saúde, pronto-socorros, ambulatórios e congêneres;
- 4.04 - instrumentação cirúrgica;
- 4.05 - acupuntura;
- 4.06 - enfermagem, serviços auxiliares;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

- 4.07 - serviços farmacêuticos;
- 4.08 - terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia;
- 4.09 - terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental;
- 4.10 - nutrição;
- 4.11 - obstetrícia;
- 4.12 - odontologia;
- 4.13 - ortóptica;
- 4.14 - próteses sob encomenda;
- 4.15 - psicanálise;
- 4.16 - psicologia;
- 4.17 - casa de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres;
- 4.18 - inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres;
- 4.19 - bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres;
- 4.20 - coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie;
- 4.21 - unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres;
- 4.22 - plano de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres;
- 4.23 - outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres:

- 5.01 – medicina veterinária e zootecnia;
- 5.02 – hospitais, clínicas, ambulatórios, pronto-socorros e congêneres, na área veterinária;
- 5.03 – laboratórios de análise na área veterinária;
- 5.04 – inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres;
- 5.05 – bancos de sangue e de órgãos congêneres;
- 5.06 – coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie;
- 5.07 – unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres;
- 5.08 – guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres;
- 5.09 – planos de atendimento e assistência médico-veterinária;

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres:

- 6.01 – barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres;
- 6.02 – esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres;
- 6.03 – banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres;
- 6.04 – ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas;
- 6.05 – centros de emagrecimento, spa e congêneres;

7 – Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres:

7.01 – engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres;

7.02 – execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

7.03 – elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojeto, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia;

7.04 – demolição;

7.05 – reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS);

7.06 – colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço;

7.07 – recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres;

7.08 – calafetação;

7.09 – varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer;

7.10 – limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres;

7.11 – decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores;

7.12 – controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos;

7.13 – dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres;

7.14 – florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres;

7.15 – escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres;

7.16 – limpeza e dragagem de rios, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres;

7.17 – acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo;

7.18 – aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres;

7.19 – nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza:

8.01 – ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior;

8.02 – instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres:

9.01 – hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, motéis, pensões, pousadas e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços);

9.02 – agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres;

9.03 – guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres:

10.01 – agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

10.02 – agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer;

10.03 – agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária;

10.04 – agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring);

10.05 – agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios;

10.06 – agenciamento de notícias;

10.07 – agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios;

10.08 – representação de qualquer natureza, inclusive comercial;

10.09 – distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres:

11.01 – guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores e ferroviários;

11.02 – vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas;

11.03 – escolta, inclusive de veículos e cargas;

11.04 – armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres:

12.01 – espetáculos teatrais;

12.02 – exposições cinematográficas;

12.03 – espetáculos circenses;

12.04 – programas de auditório;

12.05 – parques de diversões, centros de lazer e congêneres;

12.06 – boates, taxi-dancing e congêneres;

12.07 – shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres;

12.08 – feiras, exposições, congressos e congêneres;

12.09 – bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não;

12.10 – corridas e competições de animais;

12.11 – competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador;

12.12 – execução de música;

12.13 – produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres;

12.14 – fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo;

12.15 – desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres;

12.16 – exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres;

12.17 – recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 – Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia:

13.01 – fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

13.02 – fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres;

13.03 – reprografia, microfilmagem e digitação;

13.04 – composição gráfica, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia.

14 – Serviços relativos a bens de terceiros:

14.01 – lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, sujeitas ao ICMS);

14.02 – assistência técnica;

14.03 – recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas sujeitas ao ICMS);

14.04 – recauchutagem ou regeneração de pneus;

14.05 – restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres de objetos quaisquer;

14.06 – instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido;

14.07 – colocação de molduras e congêneres;

14.08 – encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres;

14.09 – alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final (exceto aviamentos);

14.10 – tinturaria e lavanderia;

14.11 – tapeçaria e reforma de estofamentos em geral;

14.12 – funilaria e lanternagem;

14.13 – carpintaria e serralheria.

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito:

15.01 – administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres;

15.02 – abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no país e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas;

15.03 – locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral;

15.04 – fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres;

15.05 – cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais;

15.06 – emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário, devolução de bens e custódia;

15.07 – acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

15.08 – emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins;

15.09 – arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing);

15.10 – serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral;

15.11 – devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados;

15.12 – custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários;

15.13 – serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas à operações de câmbio;

15.14 – fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres;

15.15 – compensação de cheques e títulos quaisquer, serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento;

15.16 – emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive em contas em geral;

15.17 – emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão;

15.18 – serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transportes de natureza municipal:

16.01 – serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres:

17.01 – assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastros e similares;

17.02 – datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres;

17.03 – planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa;

17.04 – recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra;

17.05 – fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

17.06 – propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais publicitários;

17.07 – franquia (franchising);

17.08 – perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas;

17.09 – planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres;

17.10 – organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS);

17.11 – administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros;

17.12 – leilão e congêneres;

17.13 – advocacia;

17.14 – arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica;

17.15 – auditoria;

17.16 – análise de Organização e Métodos;

17.17 – atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza;

17.18 – apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres;

17.19 – contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares;

17.20 – consultoria e assessoria econômica ou financeira;

17.21 – estatística;

17.22 – cobrança em geral;

17.23 – assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres:

18.01 - serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres:

19.01 - serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços de terminais rodoviários e ferroviários:

20.01 – serviços de terminais rodoviários, ferroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais:

21.01 - serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia:

22.01 – serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos, para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres:

23.01 - serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres:

24.01 - serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25- Serviços funerários:

25.01 – funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento; embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres;

25.02 – cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos;

25.03 – planos ou convênios funerários;

25.04 – manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres:

26.01 - serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres:

27 – Serviços de assistência social:

27.01 - serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza:

28.01 - serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia:

29.01 – serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química:

30.01 - serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres:

31.01 - serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos:

32.01 - serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres:

33.01 - serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres:



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

34.01 - serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas:

35.01 – serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia:

36.01 – serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins:

37.01 – serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia:

38.01 – serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação:

39.01 - serviços de ourivesaria e lapidação.

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda:

40.01 - serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

§1º O Imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do país.

§2º Ressalvadas as exceções expressas na lista de que trata o **caput** deste Artigo, os serviços nele mencionados ficam sujeitos ao Imposto Sobre Serviços, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§3º O Imposto de que trata este Artigo, incide ainda, sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§4º A incidência do Imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 2º O Serviço considera-se prestado e o Imposto devido no local do estabelecimento prestador ou na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador.

§1º Sem prejuízo do disposto no **caput** deste Artigo, o serviço considera-se prestado e o Imposto devido ao Município nas hipóteses previstas abaixo:

I - quando o serviço for proveniente do exterior do país ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do país e tomado ou intermediado por pessoa física ou jurídica estabelecida ou, na falta de estabelecimento, domiciliada no Município, na hipótese do § 1º do Art. 1º;

II - na instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista do Artigo 1º;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

III - na execução da obra, no caso dos serviços descritos nos subitens 7.02 e 7.17 da lista do Artigo 1º;

IV - na demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista do Artigo 1º;

V - nas edificações em geral, estradas, pontes e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista do Artigo 1º;

VI - na execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista do Artigo 1º;

VII - na execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista do Artigo 1º;

VIII - na execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista do Artigo 1º;

IX - no controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista do Artigo 1º;

X - no florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista do Artigo 1º;

XI - na execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista do Artigo 1º;

XII - na limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista do Artigo 1º;

XIII - na guarda ou estacionamento do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista do Artigo 1º;

XIV - na vigilância, segurança ou monitoramento dos bens das pessoas, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista do Artigo 1º;

XV - no armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista do Artigo 1º;

XVI - na execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista do Artigo 1º;

XVII - na execução do transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista do Artigo 1º;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

XVIII - no caso dos serviços prestados pelo subitem 17.05 da lista do Artigo 1º, quando o estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, do seu domicílio, estiver situado no Município;

XIX - no planejamento, organização e administração de feira, exposição, congresso ou congênere, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.09 da lista do Artigo 1º;

XX - na prestação dos serviços ferroviários e terminais rodoviários descritos pelo item 20 da lista do Artigo 1º.

§2º No caso dos serviços a que se referem os subitens 3.04 e 22.01 da lista do Artigo 1º, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o Imposto ao Município em relação à extensão, no seu território:

I - da ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objeto de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso compartilhado ou não;

II - da rodovia explorada.

Art. 3º Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Art. 4º O contribuinte que exercer mais de uma das atividades relacionadas na lista do Artigo 1º, ficará sujeito à incidência do Imposto sobre todas elas, inclusive quando se tratar de profissional autônomo.

Art. 5º O tomador do serviço é responsável pelo recolhimento do imposto, inclusive multa e acréscimos legais independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte, quando o prestador do serviço, não emitir nota fiscal ou outro documento permitido pela legislação tributária ou, quando desobrigado, não fornecer recibo no qual esteja expreso o número de sua inscrição no Cadastro Tributário do Município.

§1º Sem prejuízo no disposto no **caput** deste Artigo, são responsáveis:

I - o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do país, ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do país;

II - os órgãos da Administração Direta da União, do Estado e do Município, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidos ou sediados no Município, tomadores ou intermediários dos serviços descritos nos subitens 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.17, 11.02, 17.05 e 17.09 da lista do Artigo 1º;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

III - os estabelecimentos bancários e demais entidades financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central, tomadores ou intermediários dos serviços descritos nos subitens 7.02, 11.02, 17.05 e 17.09 da lista do Artigo 1º;

IV - incorporadoras, construtoras, empreiteiras e administradoras de obras de construção civil, tomadores ou intermediários dos serviços descritos nos subitens 7.02, 7.04 e 7.05 da lista do Artigo 1º.

§2º As pessoas físicas e jurídicas referidas no **caput** e nos Incisos I a IV do §1º deste Artigo, deverão repassar ao Tesouro Municipal, o valor do imposto, inclusive multa e acréscimos legais, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento da Notificação expedida pela Prefeitura.

§3º Para efeito do §2º deste Artigo, o lançamento se dará e o imposto será devido após verificada a incidência de que trata o Artigo 5º.

Art. 6º A base de cálculo do imposto é o Preço do Serviço, sendo este a Receita Bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduções, ainda que a título de subempreitada de serviços não tributados, frete, despesas, tributos e outros.

§1º Quando os serviços descritos nos subitens 3.05 e 22.01 da lista do Artigo 1º, forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes no território do Município.

§2º O valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista do Artigo 1º, não se incluem na base de cálculo do Imposto.

§3º Quando a prestação do serviço se der sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o Imposto corresponderá aos seguintes valores:

I - quando a realização do serviço exigir formação em nível superior de ensino: 02 (duas) UPF's/mês;

II - quando a realização do serviço exigir formação em nível médio de ensino ou registro em órgão de classe, na forma da lei: 01(uma) UPF/mês;

III - quando se tratar de serviços de artistas, atletas, modelos e manequins: 02 (duas) UPF's por apresentação, espetáculo ou jogo;

IV - demais prestadores: ½ (meia) UPF/mês.

§4º Considera-se trabalho pessoal do próprio contribuinte, para os efeitos do §3º deste Artigo, o executado pessoalmente pelo contribuinte, com o auxílio de até 02 (dois) empregados.

§5º As Alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza são fixadas em 5% (cinco por cento), na forma descrita no **caput** deste Artigo.

§6º No caso dos profissionais autônomos, aplica-se a regra estabelecida no §3º deste Artigo.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§7º As Alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza são fixadas em 5% (cinco por cento) para os serviços prestados por instituições financeiras, consignados no Item 15 e seus Subitens do Artigo 1º desta Lei Complementar.

Art. 7º São Isentos do ISSQN:

- a) as exportações de serviços para o exterior do país;
- b) a prestação de serviço em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;
- c) o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de créditos realizadas por instituições financeiras;
- d) prestados por engraxates, lavadeiras, faxineiras, charreteiros, carroceiros;
- e) prestados por associações culturais;
- f) de diversão pública com fins beneficentes ou considerados de interesse da comunidade pelos Conselhos Municipais de Educação e Assistência Social.

§1º Não se enquadram no disposto da alínea “a” deste Artigo, os serviços desenvolvidos no Município, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

§2º Os contribuintes descritos nas alíneas “a” à “f” deste Artigo, embora isentos do ISSQN, sujeitam-se a fiscalização da Prefeitura Municipal, sendo obrigados a efetuarem o Cadastro na forma do Art. 8º e Parágrafos.

Art. 8º O Lançamento do ISSQN, será feito pela Prefeitura, em moeda corrente no país e indexado em UPF's com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, que deve promover sua Inscrição mediante informação necessária para a correta fiscalização do tributo e para o seu enquadramento constantes nos Itens e subitens do Artigo 1º desta Lei Complementar.

§1º As informações serão colhidas pela Prefeitura, através do documento denominado FIC – FICHA DE INSCRIÇÃO CADASTRAL, constante no ANEXO I desta Lei Complementar.

§2º A Inscrição não faz presumir a aceitação, pela Prefeitura, dos dados e informações apresentados pelo contribuinte, os quais podem ser revistos em qualquer época.

§3º As pessoas imunes ou isentas também estão obrigadas a promover a sua Inscrição no Cadastro.

Art. 9º Uma vez cadastrado, o contribuinte será identificado com o número de sua Inscrição, fazendo-o constar em todos os documentos a que esteja obrigado a ter e, inclusive, quando peticionar junto à Prefeitura.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 10. O contribuinte deve comunicar à Prefeitura, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua ocorrência, qualquer alteração dos dados cadastrais ou a cessação de atividades, a fim de obter baixa de sua Inscrição, a qual será concedida após a verificação da procedência da comunicação sem prejuízo da cobrança dos tributos devidos ao Município.

Art. 11. O Imposto será lançado:

I - uma única vez, no exercício em que corresponder o tributo, quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, na forma do §3º e 4º do Art. 6º desta Lei Complementar;

II - mensalmente, em relação ao serviço, e efetivamente prestado no período, quando o prestador for Empresa.

Art. 12. Os Contribuintes sujeitos ao pagamento mensal do Imposto ficam obrigados a:

I - manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis;

II - emitir Nota Fiscal Municipal de Serviços, na forma do modelo constante no Anexo II desta Lei Complementar;

III - manter em local visível, o AVISO de que é obrigado a emitir Nota Fiscal Municipal de Serviço, que será fornecido pela Prefeitura, na ocorrência do fato gerador e conseqüente cadastramento do contribuinte, conforme modelo constante do Anexo III desta Lei Complementar.

§1º O contribuinte deverá manter obrigatoriamente os documentos fiscais relativos a Fazenda Pública Municipal, no estabelecimento ou no domicílio do contribuinte se for o caso, sendo tais documentos de exibição obrigatória a Fiscalização Municipal.

§2º Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização, e tendo em vista a natureza do serviço prestado, o Poder Executivo poderá decretar ou a autoridade administrativa, por despacho fundamentado, permitir, complementarmente ou em substituição, à adoção de instrumentos e documentos especiais necessários à perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do Imposto devido.

§3º Durante o prazo de 05 (cinco) anos dado à Fazenda Pública para constituir crédito tributário, o lançamento ficará sujeito à revisão, devendo o contribuinte manter à disposição do fisco os livros e documentos de exibição obrigatória.

Art. 13. Fica autorizado o Poder Executivo a criar ou aceitar documentação simplificada, no caso de contribuintes de rudimentar organização.

Art. 14. O lançamento do Imposto não implica em reconhecimento ou regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 15. Os serviços constantes do Item 15 do Artigo 1º desta Lei Complementar, serão tributados conforme Mapa de Apuração do ISS de Instituições Financeiras, constante no Anexo IV desta Lei Complementar.

Art. 16. O Imposto será pago em moeda corrente do país, inclusive na hipótese do §3º do Art. 6º desta Lei Complementar.

Art. 17. O pagamento do ISSQN, deverá ser feito pelo contribuinte, na Tesouraria da Prefeitura ou em Instituição Financeira autorizada.

Art. 18. O ISSQN devido pelos contribuintes, inseridos no §3º do Art. 6º desta Lei Complementar, poderá ser recolhido das seguintes formas:

I - pagamento à vista, com até 20% de desconto sobre o valor do Imposto devido, realizado em cota única, até a data do vencimento da primeira parcela;

II - demais contribuintes, o Imposto será recolhido mensalmente, em relação ao serviço efetivamente prestado no período, independentemente do pagamento do preço ser efetuado à vista ou em prestações, exceto nos casos previstos nos subitens 7.02, 7.05, 7.16, 7.17 e 7.18.

a) nos casos previstos nos subitens 7.02, 7.05, 7.16, 7.17 e 7.18, o Imposto poderá ser recolhido em até 08 (oito) parcelas mensais e sucessivas, respeitado, na fixação do número de parcelas o valor mínimo, por parcela, de 20 (vinte) UPF's;

b) no caso de construção civil, a prova de quitação do Imposto é indispensável à expedição do Habite-se.

§1º É vedada a distinção de índices, entre contribuintes, do desconto concedido no Inciso I deste Artigo.

§2º O desconto ora atribuído será definido pelo Chefe do Executivo Municipal, antes do início da arrecadação, através de Decreto, respeitando-se o limite máximo consignado no Inciso I deste Artigo.

§3º É vedado conceder isenção, anistia, remissão ou desconto do ISSQN, fora dos limites e das regras estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 19. Cessando as condições exigidas pela Legislação Tributária, e não sendo cumpridas as intimações expedidas pela Autoridade Administrativa, poderá ser cassada a Licença, a qualquer tempo, com a conseqüente lacração do Estabelecimento ou proibição do exercício da Atividade, conforme o caso.

Art. 20. O contribuinte em débito com o ISSQN, será inscrito na Dívida Ativa no final do exercício fiscal, tendo, conseqüentemente, o Estabelecimento lacrado ou proibido o exercício da atividade conforme o caso, podendo, no entanto, requerer reabilitação após o integral pagamento do seu débito.

Art. 21. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2004.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário, inclusive os Artigos 21; 22; 23; 24; 25; 26; 27 e Inciso II do Art. 41, todos da Lei Municipal nº 883, de 03 de setembro de 1983, inclusive Leis Complementares derogadoras posteriores.

Passa Quatro, 22 de dezembro de 2003.

Wilson Siqueira
Prefeito Municipal